COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 2.080, DE 2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações, pelas emissoras de rádio e de televisão, de material educativo sobre o combate ao uso de drogas ilícitas.

Autor: Deputado WILSON FILHO

Relator: Deputado MARCELO AGUIAR

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.080, de 2011, de autoria do nobre Deputado Wilson Filho, pretende tornar obrigatória a divulgação de material educativo, pelas emissoras de rádio e televisão, referente ao combate ao uso de drogas ilícitas. Para tanto, a proposta prevê que as concessionárias dos serviços de radiodifusão de sons (rádio) e de sons e imagens (televisão) deverão disponibilizar em sua grade de programação, todos os dias, quatro intervalos de no mínimo trinta segundos e no máximo um minuto cada, para a veiculação de informações relativas aos riscos à saúde envolvidos no uso de drogas ilícitas, aos prejuízos sociais e econômicos decorrentes do uso de drogas ilícitas, e à importância da família no combate ao uso de drogas.

O projeto prevê ainda que a produção do material a ser utilizado nas inserções previstas no projeto ficaria a cargo do Poder Executivo. O descumprimento do disposto na lei sujeitaria o infrator, sem prejuízo das demais disposições legais cabíveis, às penalidades estabelecidas no Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962).

A proposição foi distribuída às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), estando sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (Art. 24, II). O regime de tramitação é ordinário. No prazo regimental, foram apresentadas três emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Constituição Federal determina, em seu art. 221, que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão a princípios educativos, artísticos, culturais e informativos. Também define que essas emissoras devem respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família. Estabelece ainda, de maneira bastante enfática, que a radiodifusão é um serviço público, que poderá ser prestado por terceiros, que receberão concessão, permissão ou autorização do Estado para a prestação do serviço.

Esses princípios estão presentes também na Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que reafirma as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas desses veículos, e acabam refletidos no próprio conteúdo veiculado.

Assim, observa-se que a programação das emissoras de radiodifusão, tanto a de conteúdo jornalístico, quanto a de teledramaturgia, aborda questões educativas, culturais e informativas. Além disso, constata-se a adoção de uma linguagem adequada às grades horárias e às características demográficas do público alvo de cada programação.

Com isso, as empresas de comunicação social em geral, e as radiodifusão em particular, vêm usando sua grande capacidade de disseminar informação e de construir consensos para levar aos brasileiros informações sobre temas importantes, entre os quais a questão do combate ao uso de drogas ilícitas.

Dessa forma, em que pese a nobreza da ideia insculpida no Projeto de Lei nº 2.080/2011, consideramos que a fixação de uma obrigatoriedade, em nível nacional, de divulgação de material educativo pelas emissoras de rádio e televisão referente ao combate ao uso de drogas ilícitas é

contraproducente, pois retira flexibilidade do sistema de comunicação de abordar questões mais convergentes à regionalidade.

Ademais, ao se fixar a prevalência da veiculação de mensagens de combate ao uso de drogas ilícitas, em um eventual momento posterior, quando outra temática se mostre mais relevante, essa disposição impedirá que o sistema de comunicação social possa adequar sua programação à nova realidade de prioridades públicas.

Outro aspecto que precisa ser considerado é que, ainda que este seja um serviço público, não se pode esquecer que a radiodifusão é, majoritariamente, ofertada no Brasil por empresas privadas. Estas empresas se remuneram primordialmente pela venda de parte do espaço de sua programação para empresas interessadas em ofertar seus produtos e serviços, por meio de anúncios publicitários. Levando-se em conta que já tramitam nesta Casa diversos projetos de lei que tratam da utilização de parte da programação dessas emissoras para a veiculação das mais variadas informações, há um risco real de, caso todos estes projetos sejam aprovados, estarmos gerando um ônus que dificilmente poderia ser suportado pelas emissoras, sobretudo por aquelas de menor capacidade econômica.

Desse modo, para enfrentarmos o desafio de compatibilizar o interesse público com a manutenção da saúde financeira destas instituições, propomos um substitutivo, no qual prevemos que a publicidade pública deverá abordar temas de interesse social, educando, orientando, mobilizando, prevenindo ou alertando a população sobre comportamentos de risco.

Em relação às emendas apresentadas pelo Deputado Heleno Silva, nesta Comissão, consideramos que as mesmas perdem o objeto em face da mudança de enfoque que adotamos em nosso substitutivo, que estabelece uma nova diretriz de política pública na publicidade oficial.

Portanto, nosso voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2.080, de 2011, e pela **REJEIÇÃO** das emendas nº 1, 2 e 3, apresentadas nesta Comissão, na forma do **SUBSTITUTIVO** que a seguir apresento.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado MARCELO AGUIAR

Relator

2016_8253.docx

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.080, DE 2011

Estabelece diretrizes para as ações de comunicação da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para as ações de comunicação da União.

Art. 2º Para efeito desta Lei, considera-se:

I – Publicidade de utilidade pública: aquela destinada a divulgar temas de interesse social e que apresenta comando de ação objetivo, claro e de fácil entendimento.

II – Ações de comunicação da União: aquelas que compreendem as áreas de comunicação social, comunicação pública, promoção, patrocínio, publicidade, relações com a imprensa e relações públicas de todos os Poderes da União.

Art. 3º As ações de comunicação da União contarão, sempre que possível, com publicidade de utilidade pública destinada a informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais ou coletivos, incluindo questões de saúde pública e riscos e prejuízos causados pelo uso de drogas ilícitas, educação, segurança, nutrição, ecologia ou outras demandas que possam afetar a sociedade.

Art. 4º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado MARCELO AGUIAR
Relator